

APOSTILA ANTICRIME

74 QUESTÕES COMENTADAS INÉDITAS
SOBRE O PACO E A INCRIME

INCLUINDO OS CASOS DE BULADOS

Igor Susano

QUESTÕES NO ESTILO CESPE
E NA MODALIDADE CERTO/ERRADO

1ª edição
2ª atualização



AUTOR
IGOR SUSANO

APOSTILA ANTICRIME

MATERIAL DEMONSTRATIVO

1ª edição

2ª atualização (ago./2021)

O uso deste material para fins comerciais é expressamente proibido.
A reprodução total ou parcial desta obra depende da autorização expressa do autor.

NOTA AO LIVRO

Este livro possui 74 questões comentadas inéditas sobre as atualizações trazidas pelo Pacote Anticrime (Lei n. 13.964/2019), bem como pelos vetos derrubados. São questões autorais, criadas com base nas mudanças que com certeza serão tema das provas dos concursos públicos. Além disso, elas foram elaboradas com base nas questões feitas pela banca CESPE, na modalidade certo/errado.

O propósito deste material é apresentar as alterações feitas pelo Pacote Anticrime de uma maneira simples e direta. Por isso, as questões apresentam comentários objetivos, sem enrolação, e o e-book apresenta está com uma formatação que procura facilitar a leitura, para que ela não fique cansativa. Além disso, os comentários apresentam destaque em negrito e em sublinhado nos trechos mais importantes.

Isso é tudo que precisa saber sobre o livro. Vamos em busca da aprovação?

NOTA DO PROFESSOR E OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Olá. Meu nome é Igor Susano. Sou Professor Comentarista no Gran Cursos Online, pós-graduado em Direito Constitucional, Advogado e autor de diversas obras.

Em 2017, iniciei meu trabalho nas redes sociais com a página @RevisaoConstitucional, no Instagram. Um projeto que desde o início foi muito bem recebido pelos concurseiros, estudantes de direito e oabeiros. Com o tempo, os seguidores começaram a exigir um conteúdo mais extenso, uma vez que o Instagram, embora sirva como uma ótima ferramenta de aprendizado, tem diversas limitações no Feed e no Stories. Assim, em janeiro de 2019, o primeiro livro foi divulgado.

De lá para cá, criei mais de uma dezena de livros. Sempre elaboro os materiais pensando na melhor maneira possível de entregar o conteúdo ao aluno. Por isso, busco utilizar uma didática simples e objetiva. Acredito que esse seja o motivo pelo qual os materiais são tão bem avaliados na Hotmart (é a plataforma que utilizo para disponibilizar todos os meus materiais), sem contar as mensagens quase que diárias no Instagram e no Telegram.

Desde o esboço até as revisões finais, a elaboração de um livro exige meses de trabalho e dedicação. Além do mais, todos eles possuem atualizações gratuitas por pelo menos 01 ano. Tudo isso para que o material tenha melhor didática e qualidade possível.

Novos materiais estão sendo produzidos. O lançamento deles sempre é divulgado em minhas redes sociais, principalmente no Instagram. Inclusive, você pode acompanhar meu trabalho nas páginas:

- **@RevisaoConstitucional**
- **@RevisaoDoConcurseiro**
- **@MeuSonhoPolicia**
- **@CespeSemMisterios**
- **@MacetesDoConcurseiro**
- **@UnidadeOperacional**

Enfim. Está pronto para ficar por dentro das novidades do Pacote Anticrime? Vamos aos estudos. Rumo à aprovação!

SUMÁRIO DO MATERIAL DEMONSTRATIVO

DEMONSTRATIVO DOS LIVROS DE QUESTÕES COMENTADAS E GABARITADAS 1

APOSTILA ANTICRIME 1

1 Alterações no Código Penal (Decreto-Lei n. 2.848/1940).....	1
2 Alterações no Código de Processo Penal (Decreto-Lei n. 3.689/1941)	2
3 Alterações na Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210/1984)	6
4 Alterações na Lei de Crimes Hediondos (Lei n. 8.072/1990)	10
5 Alterações na Lei de Improbidade Administrativa Lei n. 8.429/1992.....	12
6 Alterações na lei de Interceptação Telefônica (Lei n. 9.296/1996)	13
7 Alterações na Lei dos crimes de Lavagem de Dinheiro (Lei n. 9.613/1998)	13
8 Alterações no Estatuto do Desarmamento (Lei n. 10.826/2003)	14
9 Alterações na Lei de Drogas (Lei n. 11.343/2006)	15
10 Alterações na Lei de Identificação Criminal (Lei n. 12.037/2009)	16
11 Alterações na Lei de Julgamento Colegiado em Primeiro Grau de Crimes Praticados por Organizações Criminosas (Lei n. 12.694/2012)	17
12 Alterações na Lei de Organizações Criminosas (Lei n. 12.850/2013).....	18
13 Vetos derrubados.....	20
SUMÁRIO DO MATERIAL COMPLETO DA APOSTILA ANTICRIME	24

NOVA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE.....26

SUMÁRIO DO MATERIAL COMPLETO DA NOVA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE	31
---	----

DEMONSTRATIVO DOS LIVROS DE QUESTÕES GABARITADAS..... 32

APOSTILA ANTICRIME32

1 Alterações no Código Penal (Decreto-Lei n. 2.848/1940).....	32
2 Alterações no Código de Processo Penal (Decreto-Lei n. 3.689/1941)	32
3 Alterações na Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210/1984)	34
4 Alterações na Lei de Crimes Hediondos (Lei n. 8.072/1990)	34
5 Alterações na Lei de Improbidade Administrativa Lei n. 8.429/1992.....	35
6 Alterações na lei de Interceptação Telefônica (Lei n. 9.296/1996)	35
7 Alterações na Lei dos crimes de Lavagem de Dinheiro (Lei n. 9.613/1998)	35
8 Alterações no Estatuto do Desarmamento (Lei n. 10.826/2003)	36
9 Alterações na Lei de Drogas (Lei n. 11.343/2006)	36
10 Alterações na Lei de Identificação Criminal (Lei n. 12.037/2009)	36
11 Alterações na Lei de Julgamento Colegiado em Primeiro Grau de Crimes Praticados por Organizações Criminosas (Lei n. 12.694/2012)	37
12 Alterações na Lei de Organizações Criminosas (Lei n. 12.850/2013).....	37
13 Vetos derrubados.....	38

NOVA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE.....39

DEMONSTRATIVO DOS LIVROS DE QUESTÕES COMENTADAS E GABARITADAS

APOSTILA ANTICRIME

1 ALTERAÇÕES NO CÓDIGO PENAL (DECRETO-LEI N. 2.848/1940)

QUESTÃO 04

No que se refere aos crimes em espécie do Código Penal, julgue o item que se segue.

Se o crime de roubo for praticado com emprego de arma de fogo, tanto de uso permitido quanto de uso restrito ou proibido, a pena será aumentada em 2/3.

() CERTO () ERRADO

COMENTÁRIOS

Antes do Pacote Anticrime, o delito de roubo (art. 157 do CP) previa, como causa de aumento de pena, o emprego da violência ou grave ameaça mediante o uso de arma de fogo (§ 2º-A do art. 157 do CP), não fazendo distinção entre a arma de fogo de uso permitido e a de uso restrito ou proibido.

Porém, o Pacote Anticrime incluiu o § 2º-B ao art. 157 do CP, que prevê a aplicação da pena em dobro nos casos da prática do crime de roubo mediante o uso de arma de fogo de uso restrito ou proibido.

REDAÇÃO NOVA do Código Penal, conforme o Pacote Anticrime	REDAÇÃO ANTERIOR do Código Penal
Art. 157, § 2º-B. Se a violência ou grave ameaça é exercida com emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido, aplica-se em dobro a pena prevista no caput deste artigo.	O § 2º-B não tinha previsão na redação antiga do art. 157 do CP.

Quando o roubo for praticado mediante o uso de arma de fogo de uso permitido, permanece a causa de aumento de pena em 2/3 do art. 157, § 2º-A, inciso I, do CP.

GABARITO: errado.

QUESTÃO 05

Conforme as disposições do Código Penal acerca de seus crimes em espécie, julgue o item a seguir.

O crime de estelionato se procede mediante representação, exceto quando, dentre outros casos, a vítima for maior de 70 anos de idade.

() CERTO () ERRADO

COMENTÁRIOS

Uma das alterações polêmicas trazidas pelo Pacote Anticrime foi a mudança da ação penal do crime de estelionato:

- Antes do Pacote Anticrime: o estelionato era de ação penal pública incondicionada.
- Após o Pacote Anticrime:
 - Como regra, o crime é de ação penal pública condicionada à representação;
 - Excepcionalmente, será de ação penal pública incondicionada quando a vítima for:
 - A Administração Pública, direta ou indireta;
 - Criança ou adolescente;
 - Pessoa com deficiência;
 - Maior de 70 anos; ou
 - Incapaz.

REDAÇÃO NOVA do Código Penal, conforme o Pacote Anticrime	REDAÇÃO ANTERIOR do Código Penal
<p>Art. 171, § 5º Somente se procede mediante representação, salvo se a vítima for:</p> <p>I - a Administração Pública, direta ou indireta;</p> <p>II - criança ou adolescente;</p> <p>III - pessoa com deficiência mental; ou</p> <p>IV - maior de 70 (setenta) anos de idade ou incapaz.</p>	<p>O § 5º não tinha previsão na redação antiga do art. 171 do CP.</p>

Observa-se, portanto, que a afirmativa está de acordo com a nova redação do art. 171 do CP.

GABARITO: certo.

2 ALTERAÇÕES NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL (DECRETO-LEI N. 3.689/1941)

QUESTÃO 11

No que diz respeito à ação penal, julgue o item que se segue, tendo como referência o Código de Processo Penal.

Não sendo caso de arquivamento, e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de qualquer das infrações penais previstas no Código Penal, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para a reprovação e prevenção do crime.

() CERTO () ERRADO

COMENTÁRIOS

O Pacote Anticrime, de fato, trouxe o acordo de não persecução penal ao CPP. Porém, esse acordo não é aplicado a qualquer crime previsto no CP, mas apenas às infrações penais sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 04 anos.

REDAÇÃO NOVA do Código de Processo Penal, conforme o Pacote Anticrime	REDAÇÃO ANTERIOR do Código de Processo Penal
<p>Art. 28-A. Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente:</p> <p>I - reparar o dano ou restituir a coisa à vítima, exceto na impossibilidade de fazê-lo;</p> <p>II - renunciar voluntariamente a bens e direitos indicados pelo Ministério Público como instrumentos, produto ou proveito do crime;</p> <p>III - prestar serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima cominada ao delito diminuída de um a dois terços, em local a ser indicado pelo juízo da execução, na forma do art. 46 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal);</p> <p>IV - pagar prestação pecuniária, a ser estipulada nos termos do art. 45 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a entidade pública ou de interesse social, a ser indicada pelo juízo da execução, que tenha, preferencialmente, como função proteger bens jurídicos iguais ou semelhantes aos aparentemente lesados pelo delito; ou</p> <p>V - cumprir, por prazo determinado, outra condição indicada pelo Ministério Público, desde que proporcional e compatível com a infração penal imputada.</p>	<p>O art. 28-A não tinha previsão na redação antiga do CPP.</p>

GABARITO: errado.

QUESTÃO 15

Acerca do acordo de não persecução penal previsto no Código de Processo Penal, julgue o item abaixo.

O descumprimento do acordo de não persecução penal pelo investigado poderá ser utilizado pelo Ministério Público como justificativa para eventual não oferecimento de suspensão condicional do processo.

() CERTO () ERRADO

COMENTÁRIOS

A questão está de acordo com o § 11 do art. 28-A do CPP. Vejamos:

REDAÇÃO NOVA do Código de Processo Penal, conforme o Pacote Anticrime	REDAÇÃO ANTERIOR do Código de Processo Penal
Art. 28-A, § 11. O descumprimento do acordo de não persecução penal pelo investigado também poderá ser utilizado pelo Ministério Público como justificativa para o eventual não oferecimento de suspensão condicional do processo.	O art. 28-A não tinha previsão na redação antiga do CPP.

GABARITO: certo.

QUESTÃO 18

A respeito da cadeia de custódia, julgue o item que se segue.

A cadeia de custódia tem como início a coleta dos vestígios em locais ou em vítimas de crimes.

() CERTO () ERRADO

COMENTÁRIOS

De acordo com o § 1º do art. 158-A do CPP, o início da cadeia de custódia começa com a preservação do local do crime ou com procedimentos policiais ou perícias nos quais seja detectada a existência de vestígio.

Vejamos o quadro comparativo:

REDAÇÃO NOVA do Código de Processo Penal, conforme o Pacote Anticrime	REDAÇÃO ANTERIOR do Código de Processo Penal
Art. 158-A, § 1º. O início da cadeia de custódia dá-se com a preservação do local de crime ou com procedimentos policiais ou periciais nos quais seja detectada a existência de vestígio.	O art. 158-A, § 1º não tinha previsão na redação antiga do CPP.

GABARITO: errado.

QUESTÃO 21

Em relação às disposições do Código de Processo Penal sobre a prisão em flagrante, julgue o item a seguir.

Se o juiz verificar que o agente é reincidente ou que integra organização criminosa armada ou milícia, ou que porta arma de fogo de uso restrito, deverá denegar a liberdade provisória, com ou sem medidas cautelares.

() CERTO () ERRADO

COMENTÁRIOS

O enunciado traz uma das novidades do Pacote Anticrime. De fato, nesses casos o juiz deve rejeitar a liberdade provisória.

Vejamos o que diz o CPP:

REDAÇÃO NOVA do Código de Processo Penal, conforme o Pacote Anticrime	REDAÇÃO ANTERIOR do Código de Processo Penal
Art. 310, § 2º Se o juiz verificar que o agente é reincidente ou que integra organização criminosa armada ou milícia, ou que porta arma de fogo de uso restrito, deverá denegar a liberdade provisória, com ou sem medidas cautelares.	A redação do § 2º do art. 310 não tinha previsão no texto antigo do CPP.

GABARITO: certo.

QUESTÃO 25

No que diz respeito à prisão preventiva, julgue o item abaixo, tendo em conta o disposto no Código de Processo Penal.

Com o advento do Pacote Anticrime – Lei n. 13.964/2019, é possível a decretação da prisão preventiva como decorrência imediata de investigação criminal ou da apresentação ou recebimento da denúncia.

() CERTO () ERRADO

COMENTÁRIOS

É justamente o contrário. O CPP dispõe expressamente que a prisão preventiva não será admitida nos seguintes casos:

- Com a finalidade de antecipação de cumprimento de pena;
- Quando for decorrência imediata de investigação criminal;
- Quando for decorrência imediata da apresentação ou recebimento da denúncia.

REDAÇÃO NOVA do Código de Processo Penal, conforme o Pacote Anticrime	REDAÇÃO ANTERIOR do Código de Processo Penal
Art. 313, § 2º Não será admitida a decretação da prisão preventiva com a finalidade de antecipação de cumprimento de pena ou como decorrência imediata de investigação criminal ou da apresentação ou recebimento de denúncia.	A redação do § 2º do art. 313 não tinha previsão no texto antigo do CPP.

GABARITO: errado.

QUESTÃO 28

Julgue o item que se segue, relativo ao Tribunal do Júri.

Nas sentenças proferidas pelo Tribunal do Júri, havendo condenação à pena igual ou superior a 15 anos de reclusão, será determinada a execução provisória da pena, com expedição do mandado de prisão, sem prejuízo da apreciação de recursos eventualmente interpostos.

() CERTO () ERRADO

COMENTÁRIOS

De fato, o Pacote Anticrime trouxe uma possibilidade de execução provisória da pena. Vejamos:

REDAÇÃO NOVA do Código de Processo Penal, conforme o Pacote Anticrime	REDAÇÃO ANTERIOR do Código de Processo Penal
<p style="text-align: center;">LIVRO II DOS PROCESSOS EM ESPÉCIE</p> <p style="text-align: center;">TÍTULO I DO PROCESSO COMUM</p> <p style="text-align: center;">CAPÍTULO II DO PROCEDIMENTO RELATIVO AOS PROCESSOS DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI</p> <p style="text-align: center;">Seção XIV Da sentença</p> <p>Art. 492. Em seguida, o presidente proferirá sentença que: I – no caso de condenação: [...] e) mandará o acusado recolher-se ou recomendá-lo-á à prisão em que se encontra, se presentes os requisitos da prisão preventiva, ou, no caso de condenação a uma pena igual ou superior a 15 (quinze) anos de reclusão, determinará a execução provisória das penas, com expedição do mandado de prisão, se for o caso, sem prejuízo do conhecimento de recursos que vierem a ser interpostos;</p>	<p style="text-align: center;">LIVRO II DOS PROCESSOS EM ESPÉCIE</p> <p style="text-align: center;">TÍTULO I DO PROCESSO COMUM</p> <p style="text-align: center;">CAPÍTULO II DO PROCEDIMENTO RELATIVO AOS PROCESSOS DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI</p> <p style="text-align: center;">Seção XIV Da sentença</p> <p>Art. 492. Em seguida, o presidente proferirá sentença que: I – no caso de condenação: [...] e) mandará o acusado recolher-se ou recomendá-lo-á à prisão em que se encontra, se presentes os requisitos da prisão preventiva;</p>

Portanto, de acordo com o Pacote Anticrime, é possível a execução provisória da pena, quando houver sentença do Júri condenando o réu à pena de 15 anos ou mais de reclusão.

GABARITO: certo.

3 ALTERAÇÕES NA LEI DE EXECUÇÃO PENAL (LEI N. 7.210/1984)

QUESTÃO 33

No que concerne ao regime disciplinar diferenciado, julgue o item abaixo, com base na Lei de Execuções Penais.

Existindo indícios de que o preso exerce liderança em organização criminosa, associação criminosa ou milícia privada, ou que tenha atuação criminosa em dois ou mais Estados da Federação, o regime disciplinar diferenciado será obrigatoriamente cumprido em estabelecimento prisional federal.

() CERTO () ERRADO

COMENTÁRIOS

O Pacote Anticrime acrescentou o § 3º ao art. 52 da LEP, que dispõe sobre uma hipótese de cumprimento do regime disciplinar diferenciado obrigatoriamente em estabelecimento prisional federal:

REDAÇÃO NOVA da Lei de Execução Penal, conforme o Pacote Anticrime	REDAÇÃO ANTERIOR da Lei de Execução Penal
Art. 52, § 3º Existindo indícios de que o preso exerce liderança em organização criminosa, associação criminosa ou milícia privada, ou que tenha atuação criminosa em 2 (dois) ou mais Estados da Federação, o regime disciplinar diferenciado será obrigatoriamente cumprido em estabelecimento prisional federal.	O § 3º do art. 52 não tinha previsão na redação anterior da LEP.

Vamos esquematizar o § 3º. Será obrigatório o cumprimento do regime disciplinar diferencial em estabelecimento prisional federal quando:

- O preso for **líder** de:
 - Organização criminosa;
 - Associação criminosa; ou
 - Milícia privada; e
- A atuação ocorra em 02 ou mais Estados brasileiros.

GABARITO: certo.

QUESTÃO 34

A respeito do regime disciplinar disposto na Lei de Execuções Penais, julgue o item subsecutivo.

Como medida de prevenção, o regime disciplina diferenciado do preso provisório ou condenado que apresente alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando houver indícios de que o preso, dentre outros, continua apresentando alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal de origem ou da sociedade.

() CERTO () ERRADO

COMENTÁRIOS

Na hipótese trazida pelo enunciado, o regime disciplinar diferenciado pode ser prorrogado sucessivamente, por períodos de 01 ano.

A prorrogação do regime disciplinar diferenciado, nos termos expostos, ocorre nas hipóteses dos §§ 1º e 3º do art. 52 da LEP, conforme as condições dispostas no § 4º do mesmo dispositivo:

REDAÇÃO NOVA da Lei de Execução Penal, conforme o Pacote Anticrime	REDAÇÃO ANTERIOR da Lei de Execução Penal
Art. 52, § 1º O regime disciplinar diferenciado também será aplicado aos presos provisórios ou condenados, nacionais ou estrangeiros:	Art. 52. A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasione subversão da ordem ou disciplina internas, sujeita o preso

I - que apresentem alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade;

II - sob os quais recaiam fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organização criminosa, associação criminosa ou milícia privada, independentemente da prática de falta grave.

§ 2º (REVOGADO).

§ 3º Existindo indícios de que o preso exerce liderança em organização criminosa, associação criminosa ou milícia privada, ou que tenha atuação criminosa em 2 (dois) ou mais Estados da Federação, o regime disciplinar diferenciado será obrigatoriamente cumprido em estabelecimento prisional federal.

§ 4º Na hipótese dos parágrafos anteriores, o regime disciplinar diferenciado poderá ser prorrogado sucessivamente, por períodos de 1 (um) ano, existindo indícios de que o preso:

I - continua apresentando alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal de origem ou da sociedade;

II - mantém os vínculos com organização criminosa, associação criminosa ou milícia privada, considerados também o perfil criminal e a função desempenhada por ele no grupo criminoso, a operação duradoura do grupo, a superveniência de novos processos criminais e os resultados do tratamento penitenciário.

provisório, ou condenado, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado, com as seguintes características:

I - duração máxima de trezentos e sessenta dias, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie, até o limite de um sexto da pena aplicada;

II - recolhimento em cela individual;

III - visitas semanais de duas pessoas, sem contar as crianças, com duração de duas horas;

IV - o preso terá direito à saída da cela por 2 horas diárias para banho de sol.

§ 1º O regime disciplinar diferenciado também poderá abrigar presos provisórios ou condenados, nacionais ou estrangeiros, que apresentem alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade.

§ 2º Estará igualmente sujeito ao regime disciplinar diferenciado o preso provisório ou o condenado sob o qual recaiam fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organizações criminosas, quadrilha ou bando.

Os §§ 3º e 4º do art. 52 não tinham previsão na redação anterior da LEP.

Portanto, na hipótese do enunciado, não há prorrogação 01 uma, por igual período, do regime disciplinar diferenciado, e sim prorrogações sucessivas, por períodos de 01 ano.

GABARITO: errado.

QUESTÃO 35

A respeito da progressão de regime disposta na Lei de Execuções Penais, julgue o item subsequente.

A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior e ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão.

() CERTO () ERRADO

COMENTÁRIOS

As regras para a progressão de regime mudaram. O enunciado traz a redação antiga da LEP.

Antes, o preso só poderia progredir de regime caso tivesse cumprido pelo menos 1/6 da pena no regime anterior, além da observância de outros requisitos.

Agora, a progressão de regime possui regras mais detalhadas. Vejamos o quadro comparativo:

REDAÇÃO NOVA da Lei de Execução Penal, conforme o Pacote Anticrime	REDAÇÃO ANTERIOR da Lei de Execução Penal
<p>Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos:</p> <p>I - 16% (dezesesseis por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça;</p> <p>II - 20% (vinte por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça;</p> <p>III - 25% (vinte e cinco por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido com violência à pessoa ou grave ameaça;</p> <p>IV - 30% (trinta por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime cometido com violência à pessoa ou grave ameaça;</p> <p>V - 40% (quarenta por cento) da pena, se o apenado for condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, se for primário;</p> <p>VI - 50% (cinquenta por cento) da pena, se o apenado for:</p> <p>a) condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, com resultado morte, se for primário, vedado o livramento condicional;</p> <p>b) condenado por exercer o comando, individual ou coletivo, de organização criminosa estruturada para a prática de crime hediondo ou equiparado; ou</p> <p>c) condenado pela prática do crime de constituição de milícia privada;</p> <p>VII - 60% (sessenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente na prática de crime hediondo ou equiparado;</p> <p>VIII - 70% (setenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime hediondo ou equiparado com resultado morte, vedado o livramento condicional.</p> <p>§ 1º Em todos os casos, o apenado só terá direito à progressão de regime se ostentar boa conduta carcerária, comprovada pelo diretor do</p>	<p>Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior e ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão.</p> <p>§ 1º A decisão será sempre motivada e precedida de manifestação do Ministério Público e do defensor.</p> <p>§ 2º Idêntico procedimento será adotado na concessão de livramento condicional, indulto e comutação de penas, respeitados os prazos previstos nas normas vigentes.</p>

estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão.

§ 2º A decisão do juiz que determinar a progressão de regime será sempre motivada e precedida de manifestação do Ministério Público e do defensor, procedimento que também será adotado na concessão de livramento condicional, indulto e comutação de penas, respeitados os prazos previstos nas normas vigentes.

São alterações que muito provavelmente estarão presentes nos próximos concursos públicos. Por isso é importante estudar essa parte da lei.

GABARITO: errado.

4 ALTERAÇÕES NA LEI DE CRIMES HEDIONDOS (LEI N. 8.072/1990)

QUESTÃO 39

A respeito dos Crimes Hediondos, julgue o item a seguir.

De acordo com a Lei n. 8.072/1990, são considerados crimes hediondos o tráfico internacional de arma de fogo, acessório ou munição, desde que consumado, e o comércio ilegal de armas de fogo, tentado ou consumado.

() CERTO () ERRADO

COMENTÁRIOS

A Lei de Crimes Hediondos, na sua redação antiga, já previa como hediondo o delito de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito (art. 16 do Estatuto do Desarmamento – Lei n. 10.826/2003).

O Pacote Anticrime acrescentou outros dois crimes do Estatuto do Desarmamento ao rol dos crimes considerados hediondos:

- o crime de comércio ilegal de armas de fogo (art. 1º, parágrafo único, inciso III, da Lei n. 8.072/1990); e
- o crime de tráfico internacional de arma de fogo, acessório ou munição (art. 1º, parágrafo único, inciso IV, da Lei n. 8.072/1990).

Ambos serão considerados crimes hediondos quando forem **tentados ou consumados**.

REDAÇÃO NOVA da Lei de Crimes Hediondos, conforme o Pacote Anticrime	REDAÇÃO ANTERIOR da Lei de Crimes Hediondos
<p>Art. 1º, parágrafo único. Consideram-se também hediondos, tentados ou consumados:</p> <p>I - o crime de genocídio, previsto nos arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956;</p> <p>II - o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido, previsto no art. 16 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;</p> <p>III - o crime de comércio ilegal de armas de fogo, previsto no art. 17 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;</p>	<p>Art. 1º, parágrafo único. Consideram-se também hediondos o crime de genocídio previsto nos arts. 1º, 2º e 3º da Lei no 2.889, de 1º de outubro de 1956, e o de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, previsto no art. 16 da Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003, todos tentados ou consumados.</p>

IV - o crime de tráfico internacional de arma de fogo, acessório ou munição, previsto no art. 18 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;
V - o crime de organização criminosa, quando direcionado à prática de crime hediondo ou equiparado.

GABARITO: errado.

QUESTÃO 40

Julgue o próximo item, relacionado à Lei de Crimes Hediondos.

Quando voltado à prática de crimes hediondos ou equiparados, o delito de organização criminosa, tentado ou consumado, será considerado hediondo.

() CERTO () ERRADO

COMENTÁRIOS

Outra das novidades do Pacote Anticrime, o delito de organização criminosa, direcionado à prática de crime hediondo ou equiparado, também se tornou crime hediondo:

REDAÇÃO NOVA da Lei de Crimes Hediondos, conforme o Pacote Anticrime	REDAÇÃO ANTERIOR da Lei de Crimes Hediondos
<p>Art. 1º, parágrafo único. Consideram-se também hediondos, tentados ou consumados:</p> <p>I - o crime de genocídio, previsto nos arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956;</p> <p>II - o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido, previsto no art. 16 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;</p> <p>III - o crime de comércio ilegal de armas de fogo, previsto no art. 17 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;</p> <p>IV - o crime de tráfico internacional de arma de fogo, acessório ou munição, previsto no art. 18 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;</p> <p>V - o crime de organização criminosa, quando direcionado à prática de crime hediondo ou equiparado.</p>	<p>Art. 1º, parágrafo único. Consideram-se também hediondos o crime de genocídio previsto nos arts. 1º, 2º e 3º da Lei no 2.889, de 1º de outubro de 1956, e o de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, previsto no art. 16 da Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003, todos tentados ou consumados.</p>

GABARITO: certo.

5 ALTERAÇÕES NA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA LEI N. 8.429/1992

QUESTÃO 42

Em relação à Lei de Improbidade Administrativa, julgue o item abaixo.

Na ação judicial de improbidade administrativa, havendo a possibilidade de solução consensual, poderão as partes requerer ao juiz a suspensão do prazo para a contestação, por prazo não superior a 90 (noventa) dias.

() CERTO () ERRADO

COMENTÁRIOS

Conforme exposto nos comentários da questão anterior, o Pacote Anticrime trouxe o instituto do acordo de não persecução cível à Lei de Improbidade Administrativa (art. 17, § 1º, da Lei n. 8.429/1992).

Além da alteração do § 1º, o Pacote Anticrime introduziu o § 10-A ao art. 17 da Lei de Improbidade Administrativa, que fala da possibilidade de interrupção do prazo para a contestação, por prazo não superior a 90 dias, quando houver a possibilidade de solução consensual, isto é, de acordo de não persecução cível.

REDAÇÃO NOVA da Lei de Improbidade Administrativa, conforme o Pacote Anticrime	REDAÇÃO ANTERIOR da Lei de Improbidade Administrativa
<p>Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.</p> <p>§ 1º As ações de que trata este artigo admitem a celebração de acordo de não persecução cível, nos termos desta Lei. [...]</p> <p>§ 10-A. Havendo a possibilidade de solução consensual, poderão as partes requerer ao juiz a interrupção do prazo para a contestação, por prazo não superior a 90 (noventa) dias.</p>	<p>Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.</p> <p>§ 1º É vedada a transação, acordo ou conciliação nas ações de que trata o caput.</p> <p>O § 10-A do art. 17 não tinha previsão na redação anterior da Lei de Improbidade Administrativa.</p>

Elaborei essa questão para alertá-lo sobre a possibilidade de interrupção do prazo. Coloquei no enunciado que o prazo pode ser suspenso, o que não está correto.

Praticamente todas as bancas já elaboraram questões tentando confundir o candidato em relação à suspensão e à interrupção dos mais diversos prazos previstos em lei.

Então não confunda: no caso de solução consensual, as partes podem requerer ao juiz a interrupção do prazo, por prazo não superior a 90 dias.

GABARITO: errado.

6 ALTERAÇÕES NA LEI DE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA (LEI N. 9.296/1996)

QUESTÃO 45

Julgue o próximo item, acerca da Lei de Interceptação Telefônica.

Quem realizar captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos para investigação ou instrução criminal sem autorização judicial, quando esta for exigida, estará sujeito às sanções administrativas previstas em lei, conforme o caso concreto.

() CERTO () ERRADO

COMENTÁRIOS

Realizar captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos para investigação ou instrução criminal sem autorização judicial, quando esta for exigida, **é crime**, e não infração administrativa.

É o que diz o art. 10-A da Lei de Interceptação, acrescentado pelo Pacote Anticrime:

REDAÇÃO NOVA da Lei de Interceptação Telefônica, conforme o Pacote Anticrime	REDAÇÃO ANTERIOR da Lei de Interceptação Telefônica
Art. 10-A. Realizar captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos para investigação ou instrução criminal sem autorização judicial, quando esta for exigida. Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.	O art. 10-A não tinha previsão na redação anterior da Lei de Interceptação Telefônica.

GABARITO: errado.

7 ALTERAÇÕES NA LEI DOS CRIMES DE LAVAGEM DE DINHEIRO (LEI N. 9.613/1998)

QUESTÃO 48

A respeito da Lei dos Crimes de Lavagem de Dinheiro, julgue o item que se segue.

Para a apuração do crime de lavagem de dinheiro, admite-se a utilização da ação controlada e da infiltração de agentes.

() CERTO () ERRADO

COMENTÁRIOS

O Pacote Anticrime acrescentou à Lei de Crimes de Lavagem de Dinheiro (Lei n. 9.613/1998) a possibilidade da utilização da ação controlada e da infiltração de agentes para a verificação do crime de lavagem de dinheiro. Vejamos:

REDAÇÃO NOVA da Lei de Crimes de Lavagem de Dinheiro, conforme o Pacote Anticrime	REDAÇÃO ANTERIOR da Lei de Crimes de Lavagem de Dinheiro
<p>Art. 1º Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal.</p> <p>§ 6º Para a apuração do crime de que trata este artigo, admite-se a utilização da ação controlada e da infiltração de agentes.</p>	<p>Art. 1º Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal.</p> <p>O § 6º do art. 1º não tinha previsão na redação anterior da Lei de Crimes de Lavagem de Dinheiro.</p>

GABARITO: certo.

8 ALTERAÇÕES NO ESTATUTO DO DESARMAMENTO (LEI N. 10.826/2003)

QUESTÃO 49

Em relação ao Estatuto do Desarmamento, julgue o item subsequente.

Enquanto a pena para o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito é de reclusão, de 03 a 06 anos, e multa, a pena para o crime de posse ou porte ilegal de arma de uso proibido é de reclusão, de 04 a 12 anos.

() CERTO () ERRADO

COMENTÁRIOS

A redação antiga do Estatuto do Desarmamento previa a mesma pena para os crimes de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito e de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido: reclusão, de 03 a 06 anos, e multa.

Com o Pacote Anticrime, o Estatuto do Desarmamento passou a prever penas diferentes as condutas descritas no enunciado. Vejamos:

REDAÇÃO NOVA do Estatuto do Desarmamento, conforme o Pacote Anticrime	REDAÇÃO ANTERIOR do Estatuto do Desarmamento
<p>Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito</p> <p>Art. 16. Possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição de uso proibido ou restrito, sem autorização e em</p>	<p>Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito</p> <p>Art. 16. Possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição de uso proibido ou restrito, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:</p>

desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

§ 2º Se as condutas descritas no caput e no § 1º deste artigo envolverem arma de fogo de uso proibido, a pena é de reclusão, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos.

Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

O § 2º do art. 16 não tinha previsão na redação anterior do Estatuto do Desarmamento.

Esquemmatizando:

- **Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito:** reclusão, de 03 a 06 anos, e multa;
- **Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido:** reclusão, de 04 a 12 anos.

GABARITO: certo.

9 ALTERAÇÕES NA LEI DE DROGAS (LEI N. 11.343/2006)

QUESTÃO 52

Julgue o item seguinte, relativo à Lei de Drogas.

Quem vender, entregar drogas ou matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, a agente policial disfarçado, quando presentes elementos probatórios razoáveis de conduta criminal preexistente, estará praticando o crime de tráfico de drogas.

() CERTO () ERRADO

COMENTÁRIOS

Assim como nas alterações do Estatuto do Desarmamento, o Pacote Anticrime também criou uma forma equiparada do crime de tráfico de drogas envolvendo agente policial disfarçado (art. 33, § 1º, inciso IV, da Lei n. 11.343/2006):

REDAÇÃO NOVA da Lei de Drogas, conforme o Pacote Anticrime	REDAÇÃO ANTERIOR da Lei de Drogas
<p>Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:</p> <p>Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.</p> <p>§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:</p>	<p>Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:</p> <p>Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.</p> <p>§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:</p> <p>I - importa, exporta, remete, produz, fabrica, adquire,</p>

I - importa, exporta, remete, produz, fabrica, adquire, vende, expõe à venda, oferece, fornece, tem em depósito, transporta, traz consigo ou guarda, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas;

II - semeia, cultiva ou faz a colheita, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, de plantas que se constituam em matéria-prima para a preparação de drogas;

III - utiliza local ou bem de qualquer natureza de que tem a propriedade, posse, administração, guarda ou vigilância, ou consente que outrem dele se utilize, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, para o tráfico ilícito de drogas.

IV - vende ou entrega drogas ou matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas, sem autorização ou em desacordo com a determinação legal ou regulamentar, a agente policial disfarçado, quando presentes elementos probatórios razoáveis de conduta criminal preexistente.

vende, expõe à venda, oferece, fornece, tem em depósito, transporta, traz consigo ou guarda, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas;

II - semeia, cultiva ou faz a colheita, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, de plantas que se constituam em matéria-prima para a preparação de drogas;

III - utiliza local ou bem de qualquer natureza de que tem a propriedade, posse, administração, guarda ou vigilância, ou consente que outrem dele se utilize, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, para o tráfico ilícito de drogas.

O inciso IV do art. 33 não tinha previsão na redação anterior da Lei de Drogas.

Vale ressaltar que, diferentemente do que ocorreu no Estatuto do Desarmamento, o Pacote Anticrime não aumentou (e nem diminuiu) a pena aplicável ao crime em questão (que continuou sendo de reclusão, de 05 a 15 anos e pagamento de 500 a 1.500 dias-multa).

GABARITO: certo.

10 ALTERAÇÕES NA LEI DE IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL (LEI N. 12.037/2009)

QUESTÃO 53

À luz do disposto na Lei n. 12.037/2009, julgue o próximo item.

No caso de condenação do acusado, é possível a exclusão do seu perfil genético do banco de dados mediante requerimento, logo após o cumprimento da sua pena.

() CERTO () ERRADO

COMENTÁRIOS

O Pacote Anticrime trouxe mudanças significativas à Lei n. 12.037/2009. Antes, a exclusão dos perfis genéticos dos bancos de dados observava o término do prazo prescricional do crime.

Agora, há duas hipóteses:

- no caso de absolvição do acusado; ou
- no caso de condenação do acusado, mediante requerimento, após decorridos 20 anos do cumprimento da pena.

Portanto, no caso de condenação, não se pode requerer a exclusão assim que a pena for cumprida, devendo aguardar 20 anos do cumprimento dela.

REDAÇÃO NOVA da Lei de Identificação Criminal, conforme o Pacote Anticrime	REDAÇÃO ANTERIOR da Lei de Identificação Criminal
<p>Art. 7º-A. A exclusão dos perfis genéticos dos bancos de dados ocorrerá:</p> <p>I - no caso de absolvição do acusado; ou</p> <p>II - no caso de condenação do acusado, mediante requerimento, após decorridos 20 (vinte) anos do cumprimento da pena.</p>	<p>Art. 7º-A. A exclusão dos perfis genéticos dos bancos de dados ocorrerá no término do prazo estabelecido em lei para a prescrição do delito.</p>

GABARITO: errado.

11 ALTERAÇÕES NA LEI DE JULGAMENTO COLEGIADO EM PRIMEIRO GRAU DE CRIMES PRATICADOS POR ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS (LEI N. 12.694/2012)

QUESTÃO 55

Acerca da competência para o processamento e julgamento de crimes de pertinência a organizações criminosas armadas ou que tenham armas à disposição, além do crime de constituição de milícia privada, julgue o item que se segue, com base nas normas previstas na Lei n. 12.694/2012.

As Varas Criminais Colegiadas terão competência para todos os atos jurisdicionais no decorrer da investigação e da ação penal, ao passo que a execução da pena ficará a cargo do juízo da execução.

() CERTO () ERRADO

COMENTÁRIOS

As Varas Criminais Colegiadas terão competência não só na investigação e na ação penal, mas também na execução penal, inclusive no que diz respeito à transferência do preso para estabelecimento prisional de segurança máxima ou para regime disciplinar diferenciado.

É o que diz o § 1º do art. 1º-A da Lei n. 12.694/2012, tendo em vista as modificações feitas pelo Pacote Anticrime:

REDAÇÃO NOVA da Lei de julgamento colegiado em primeiro grau de crimes praticados por organizações criminosas, conforme o Pacote Anticrime	REDAÇÃO ANTERIOR da Lei de julgamento colegiado em primeiro grau de crimes praticados por organizações criminosas
Art. 1º-A, § 1º As Varas Criminais Colegiadas terão competência para todos os atos jurisdicionais no decorrer da investigação, da ação penal e da execução da pena, inclusive a transferência do preso para estabelecimento prisional de segurança máxima ou para regime disciplinar diferenciado.	O art. 1º-A não tinha previsão na redação anterior da Lei n. 12.694/2012.

GABARITO: errado.

12 ALTERAÇÕES NA LEI DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS (LEI N. 12.850/2013)

QUESTÃO 60

Julgue o item subsecutivo, levando em conta as regras de colaboração premiada dispostas na Lei de Organizações Criminosas.

O recebimento da proposta para formalização de acordo de colaboração demarca o início das negociações e constitui também marco de confidencialidade, configurando violação de sigilo e quebra da confiança e da boa-fé a divulgação de tais tratativas iniciais ou de documento que as formalize, até o levantamento de sigilo por decisão judicial.

() CERTO () ERRADO

COMENTÁRIOS

A questão traz a literalidade do *caput* art. 3º-B da Lei de Organizações Criminosas. Apesar disso, vamos falar também dos §§ 1º e 2º do art. 3º-B, para ter uma resposta mais completa.

De fato, o recebimento da proposta para formalização de acordo de colaboração premiada representa o início das negociações e também constitui marco de confidencialidade.

O texto legal fala em marco de confidencialidade porque, se a proposta de acordo for deferida, as partes firmarão o chamado Termo de Confidencialidade, para que se possa dar continuidade ao acordo de colaboração premiada.

Assim como o acordo de colaboração premiada, o Termo de Confidencialidade também é sigiloso. Em virtude disso, até o levantamento de sigilo por decisão judicial, a divulgação de documentos das tratativas iniciais, como é o caso do Termo de Confidencialidade, configura violação de sigilo e quebra de confiança e de boa-fé.

Vejamos o quadro comparativo:

REDAÇÃO NOVA da Lei das Organizações Criminosas, conforme o Pacote Anticrime	REDAÇÃO ANTERIOR da Lei das Organizações Criminosas
<p>Art. 3º-B. O recebimento da proposta para formalização de acordo de colaboração demarca o início das negociações e constitui também marco de confidencialidade, configurando violação de sigilo e quebra da confiança e da boa-fé a divulgação de tais tratativas iniciais ou de documento que as formalize, até o levantamento de sigilo por decisão judicial.</p> <p>§ 1º A proposta de acordo de colaboração premiada poderá ser sumariamente indeferida, com a devida justificativa, cientificando-se o interessado.</p> <p>§ 2º Caso não haja indeferimento sumário, as partes deverão firmar Termo de Confidencialidade para prosseguimento das tratativas, o que vinculará os órgãos envolvidos na negociação e impedirá o indeferimento posterior sem justa causa.</p>	<p>O art. 3º-B não tinha previsão na redação anterior da Lei de Organizações Criminosas.</p>

GABARITO: certo.

QUESTÃO 65

Considerando as disposições da Lei de Organizações Criminosas acerca da infiltração virtual, julgue o item que se segue.

A infiltração virtual será admitida quando houver indícios da prática do crime de organização criminosa e for o meio de obtenção de prova mais eficaz à investigação.

() CERTO () ERRADO

COMENTÁRIOS

A infiltração virtual é medida que se aplica somente em último caso, quando as provas não puderem ser produzidas por outros meios disponíveis, conforme dispõe o § 3º do art. 10-A da Lei de Organizações Criminosas:

REDAÇÃO NOVA da Lei das Organizações Criminosas, conforme o Pacote Anticrime	REDAÇÃO ANTERIOR da Lei das Organizações Criminosas
<p>Art. 10-A, § 3º Será admitida a infiltração se houver indícios de infração penal de que trata o art. 1º desta Lei e se as provas não puderem ser produzidas por outros meios disponíveis.</p>	<p>O art. 10-A não tinha previsão na redação anterior da Lei de Organizações Criminosas.</p>

GABARITO: errado.

13 VETOS DERRUBADOS

QUESTÃO 68

Mévio fez um *post* na rede social *Instagram*, no qual imputou fato ofensivo à reputação de Caio.

Considerando a situação hipotética acima, julgue o item subsequente.

A conduta de Mévio caracteriza crime de difamação, devendo a pena ser aumentada em 1/3 pelo fato de o delito ter sido cometido em rede social da rede mundial de computadores.

() CERTO () ERRADO

COMENTÁRIOS

De fato, a conduta de Mévio caracteriza crime de difamação, que é um crime contra a honra. Vejamos:

Difamação

CP, art. 139 - Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

Com os vetos derrubados do Pacote Anticrime, caso um crime contra a honra seja cometido ou divulgado em qualquer rede social da rede mundial de computadores, será aplicado o triplo da pena:

REDAÇÃO NOVA do Código Penal, conforme os vetos derrubados do Pacote Anticrime	REDAÇÃO ANTERIOR do Código Penal
<p>Art. 141, § 2º Se o crime (contra a honra)* é cometido ou divulgado em quaisquer modalidades das redes sociais da rede mundial de computadores, aplica-se em triplo a pena.</p> <p>*O art. 141 traz disposições comuns aos crimes contra a honra. Por isso, coloquei "(contra a honra)" para evitar confusão na leitura do § 2º do art. 141 do CP.</p>	<p>O art. 141, § 2º não tinha previsão na redação anterior do CP.</p>

A conduta de Mévio realmente caracteriza crime de difamação. Todavia, por ele ter utilizado a rede social *Instagram* para praticar o referido delito, **a pena será aplicada em triplo**. Não se trata, portanto, de uma causa de aumento de pena de 1/3.

GABARITO: errado.

QUESTÃO 70

Tício, agente da Polícia Federal, usou de força letal durante uma operação da PF. Por conta disso, um inquérito policial foi instaurado para apurar o fato, tendo Tício sido citado da abertura do referido procedimento investigatório.

Considerando a situação hipotética acima, julgue o item a seguir.

Se Tício não constituir defensor no prazo de 48 horas após o recebimento da citação, sua defesa será feita preferencialmente por Defensor Público, ou por outro profissional nos locais em que a Defensoria Pública não estiver instalada.

() CERTO () ERRADO

COMENTÁRIOS

A questão aborda o art. 14-A do CPP, dispositivo que foi inserido no ordenamento jurídico por meio do Pacote Anticrime:

REDAÇÃO NOVA do Código de Processo Penal, conforme o Pacote Anticrime (sem os vetos derrubados)	REDAÇÃO ANTERIOR do Código de Processo Penal
<p>Art. 14-A. Nos casos em que servidores vinculados às instituições dispostas no art. 144 da Constituição Federal figurarem como investigados em inquéritos policiais, inquéritos policiais militares e demais procedimentos extrajudiciais, cujo objeto for a investigação de fatos relacionados ao uso da força letal praticados no exercício profissional, de forma consumada ou tentada, incluindo as situações dispostas no art. 23 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o indiciado poderá constituir defensor.</p> <p>§ 1º Para os casos previstos no caput deste artigo, o investigado deverá ser citado da instauração do procedimento investigatório, podendo constituir defensor no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas a contar do recebimento da citação.</p> <p>§ 2º Esgotado o prazo disposto no § 1º deste artigo com ausência de nomeação de defensor pelo investigado, a autoridade responsável pela investigação deverá intimar a instituição a que estava vinculado o investigado à época da ocorrência dos fatos, para que essa, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, indique defensor para a representação do investigado.</p> <p>[...]</p> <p>§ 6º As disposições constantes deste artigo se aplicam aos servidores militares vinculados às instituições dispostas no art. 142 da Constituição Federal, desde que os fatos investigados digam respeito a missões para a Garantia da Lei e da Ordem.</p>	<p>O art. 14-A não tinha previsão na redação antiga do CPP.</p>

Os vetos derrubados abrangem os §§ 3º, 4º e 5º do art. 14-A do CPP. Vejamos:

REDAÇÃO NOVA do Código de Processo Penal, conforme os vetos derrubados do Pacote Anticrime	REDAÇÃO ANTERIOR do Código de Processo Penal
<p>Art. 14-A, § 3º Havendo necessidade de indicação de defensor nos termos do § 2º deste artigo, a defesa caberá preferencialmente à Defensoria Pública, e, nos locais em que ela não estiver instalada, a União ou a Unidade da Federação correspondente à respectiva competência territorial do procedimento instaurado deverá disponibilizar profissional para acompanhamento e realização de todos os atos relacionados à defesa administrativa do investigado.</p> <p>§ 4º A indicação do profissional a que se refere o § 3º deste artigo deverá ser precedida de manifestação de que não existe defensor público lotado na área territorial onde tramita o inquérito e com atribuição para nele atuar, hipótese em que poderá ser indicado profissional que não integre os quadros próprios da Administração.</p> <p>§ 5º Na hipótese de não atuação da Defensoria Pública, os custos com o patrocínio dos interesses dos investigados nos procedimentos de que trata este artigo correrão por conta do orçamento próprio da instituição a que este esteja vinculado à época da ocorrência dos fatos investigados.</p>	<p>O art. 14-A, § 3º não tinha previsão na redação antiga do CPP.</p>

Os §§ 3º, 4º e 5º do art. 14-A foram vetados por diversos motivos. Um dos principais argumentos foi o de que tais dispositivos violam o inciso LXXIV do art. 5º da CF (assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos), bem como os arts. 131 e 132 da CF (dispõem sobre a Advocacia Pública) e art. 134 da CF (diz respeito à Defensoria Pública).

Isso porque as instituições da Advocacia Pública (Advocacia-Geral da União e Procuradorias dos Estados e do DF) é que deviam ser responsáveis por representar judicialmente as unidades federadas e seus respectivos agentes públicos, e não a Defensoria Pública (esta que possui a incumbência de defender, judicial e extrajudicialmente, os hipossuficientes).

Porém, os vetos dos dispositivos acima foram derrubados.

Dessa maneira, podemos observar o seguinte:

- Tício poderá constituir defensor, o que deverá ser feito em até 48 horas a contar do recebimento da citação (CPP, art. 14-A, *caput* e § 1º);
- Se Tício não constituir defensor no prazo mencionado, a defesa caberá preferencialmente à Defensoria Pública, e, nos locais em que ela não estiver instalada, a União ou a Unidade da Federação correspondente à respectiva competência territorial do procedimento instaurado deverá disponibilizar profissional para acompanhamento e realização de todos os atos relacionados à defesa administrativa dele (CPP, art. 14-A, § 3).

GABARITO: certo.

QUESTÃO 73

Em relação às mudanças da Lei de Interceptação Telefônica trazidas pelo Pacote Anticrime, julgue o item a seguir.

É permitida a instalação de dispositivo de captação ambiental por meio de operação policial disfarçada ou no período noturno, conforme a necessidade do caso, inclusive na casa do investigado.

() CERTO () ERRADO

COMENTÁRIOS

Dentre os vetos derrubados, podemos destacar o a inclusão § 2º do art. 8º-A da Lei n. 9.296/1996, que dispõe:

REDAÇÃO NOVA da Lei de Interceptação Telefônica, conforme os vetos derrubados do Pacote Anticrime	REDAÇÃO ANTERIOR da Lei de Interceptação Telefônica
Art. 8º-A, § 2º A instalação do dispositivo de captação ambiental poderá ser realizada, quando necessária, por meio de operação policial disfarçada ou no período noturno, exceto na casa, nos termos do inciso XI do <i>caput</i> do art. 5º da Constituição Federal.	O art. 8º-A, § 2º não tinha previsão na redação anterior da Lei de Interceptação Telefônica.

Ou seja, é possível a instalação de dispositivo de captação ambiental por meio de operação policial disfarçada ou no período noturno, **exceto na casa** do investigado.

O inciso XI do *caput* do art. 5º da CF consagra a inviolabilidade do domicílio do indivíduo. Com base nisso, o legislador optou por vedar a instalação de captação ambiental na casa do investigado.

Esse dispositivo foi vetado justamente por causa da exclusão da casa dos lugares onde o dispositivo de captação ambiental pode ser instalado. Entretanto, o Congresso Nacional optou por derrubar o veto.

GABARITO: errado.

SUMÁRIO DO MATERIAL COMPLETO DA APOSTILA ANTICRIME

CÓDIGO PENAL	1
Questão 01	1
Questão 02	1
Questão 03	2
Questão 04	3
Questão 05	3
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	4
Questão 06	4
Questão 07	6
Questão 08	7
Questão 09	7
Questão 10	8
Questão 11	8
Questão 12	9
Questão 13	10
Questão 14	10
Questão 15	11
Questão 16	11
Questão 17	12
Questão 18	12
Questão 19	13
Questão 20	13
Questão 21	14
Questão 22	14
Questão 23	15
Questão 24	16
Questão 25	16
Questão 26	17
Questão 27	18
Questão 28	18
Questão 29	19
LEI DE EXECUÇÃO PENAL	20
Questão 30	20
Questão 31	21
Questão 32	22
Questão 33	22
Questão 34	23
Questão 35	24
Questão 36	26
Questão 37	26
LEI DE CRIMES HEDIONDOS	27
Questão 38	27
Questão 39	28
Questão 40	29
LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	29
Questão 41	29
Questão 42	30
LEI DE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA	31

Questão 43	31
Questão 44	32
Questão 45	33
Questão 46	33
Questão 47	34
LEI DOS CRIMES DE LAVAGEM DE DINHEIRO	34
Questão 48	34
ESTATUTO DO DESARMAMENTO	35
Questão 49	35
Questão 50	36
Questão 51	37
LEI DE DROGAS	38
Questão 52	38
LEI DE IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL	39
Questão 53	39
LEI DE JULGAMENTO COLEGIADO EM PRIMEIRO GRAU DE CRIMES PRATICADOS POR ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS	40
Questão 54	40
Questão 55	41
Questão 56	41
LEI DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS	42
Questão 57	42
Questão 58	43
Questão 59	44
Questão 60	44
Questão 61	45
Questão 62	46
Questão 63	46
Questão 64	47
Questão 65	48
Questão 66	48
VETOS DERRUBADOS	49
Código Penal (Decreto-Lei n. 2.848/1940)	49
Questão 67	49
Questão 68	50
Código de Processo Penal (Decreto-Lei n. 3.689/1941)	50
Questão 69	50
Questão 70	51
Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210/1984)	53
Questão 71	53
Questão 72	54
Lei de Interceptação Telefônica (Lei n. 9.296/1996)	56
Questão 73	56
Questão 74	57

NOVA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE

QUESTÃO 02

A respeito dos sujeitos do crime de abuso de autoridade, julguem o item a subseqüente, levando em conta a nova Lei de Abuso de Autoridade.

É sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território, excetuando-se os servidores militares, uma vez que suas condutas são tratadas por legislação militar específica.

() CERTO () ERRADO

COMENTÁRIOS

De acordo com a nova Lei de Abuso de Autoridade, tanto os servidores públicos civis quanto os militares podem ser o sujeito ativo do crime de abuso de autoridade.

O art. 2º da Lei de Abuso de Autoridade é o dispositivo que trata do sujeito ativo do crime de abuso de autoridade. É uma norma bem detalhada, como veremos mais abaixo.

A primeira parte da questão está de acordo com o *caput* do art. 2º da nova Lei de Abuso de Autoridade. Porém, a parte final (sobre os militares) vai contra o inciso I do art. 2º.

Vejam os que diz o referido dispositivo legal:

Art. 2º É sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território, compreendendo, mas não se limitando a:

I - servidores públicos e militares ou pessoas a eles equiparadas;

II - membros do Poder Legislativo;

III - membros do Poder Executivo;

IV - membros do Poder Judiciário;

V - membros do Ministério Público;

VI - membros dos tribunais ou conselhos de contas.

É importante frisar que o parágrafo único do art. 2º dispõe o que a Lei de Abuso de Autoridade considera como agente público:

Art. 2º, parágrafo único. Reputa-se agente público, para os efeitos desta Lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função em órgão ou entidade abrangidos pelo *caput* deste artigo.

GABARITO: errado.

QUESTÃO 04

Em relação aos efeitos da condenação pela prática de crime de abuso de autoridade, julgue o item a seguir, considerando a nova Lei de Abuso de Autoridade.

São efeitos automáticos da condenação tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime e a perda do cargo, mandato ou função pública.

() CERTO () ERRADO

COMENTÁRIOS

A nova Lei de Abuso de Autoridade apresenta, em seu art. 4º, os efeitos da condenação pela prática de crime de abuso de autoridade. Vejamos abaixo:

Art. 4º São efeitos da condenação:

I - tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, devendo o juiz, a requerimento do ofendido, fixar na sentença o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos por ele sofridos;

II - a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 (um) a 5 (cinco) anos;

III - a perda do cargo, do mandato ou da função pública.

De fato, tornar certa a obrigação de indenizar o causado pelo crime (inciso I) e a perda do cargo, mandato ou função pública (inciso II) são efeitos da condenação pela prática do referido delito.

Porém, conforme o parágrafo único do art. 4º, apenas o efeito disposto no inciso I é automático:

Art. 4º, parágrafo único. Os efeitos previstos nos incisos II e III do caput deste artigo são condicionados à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade e não são automáticos, devendo ser declarados motivadamente na sentença.

Além de os efeitos arrolados nos incisos II e III não serem automáticos, eles são condicionados à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade, e sua motivação deve estar fundamentada na sentença.

GABARITO: errado.

QUESTÃO 08

Com relação aos crimes trazidos pela nova Lei de Abuso de Autoridade, julgue o item subsequente.

Cometerá crime a autoridade judiciária que deixar de relaxar a prisão manifestamente ilegal ou de substituir a prisão preventiva por medida cautelar diversa, quando manifestamente cabível.

() CERTO () ERRADO

COMENTÁRIOS

A questão traz duas das hipóteses de crime previstas na nova Lei de Abuso de Autoridade. Vejamos o que dispõe o art. 9º:

Art. 9º Decretar medida de privação da liberdade em manifesta desconformidade com as hipóteses legais:

Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena a autoridade judiciária que, dentro de prazo razoável, deixar de:

I - relaxar a prisão manifestamente ilegal;

II - substituir a prisão preventiva por medida cautelar diversa ou de conceder liberdade provisória, quando manifestamente cabível;

III - deferir liminar ou ordem de habeas corpus, quando manifestamente cabível.

A nova Lei de Abuso de Autoridade tipificou diversas condutas que veremos ao longo das próximas questões.

Recomendo a leitura desses dispositivos, pois com certeza serão tema das provas de concursos públicos.

GABARITO: certo.

QUESTÃO 13

Mévio, poderoso chefe de uma facção criminosa do Estado Y e conhecido por perseguir e ameaçar as autoridades de segurança pública e seus familiares, foi preso em uma operação da Polícia Civil daquele Estado. O agente responsável pela prisão, temendo possíveis ameaças à sua família, utilizou-se de nome fictício para identificar-se a Mévio.

Julgue o item abaixo, com base na nova Lei de Abuso de Autoridade.

Identificar-se falsamente ao preso por ocasião de sua captura é, em regra, crime de abuso de autoridade, salvo quando o capturado oferecer iminente risco à vida de terceiros.

() CERTO () ERRADO

COMENTÁRIOS

O agente que se identificar falsamente ao preso por ocasião de sua captura cometerá crime de abuso de autoridade, sem exceções:

Art. 16. Deixar de identificar-se ou identificar-se falsamente ao preso por ocasião de sua captura ou quando deva fazê-lo durante sua detenção ou prisão:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Inclusive, o responsável pelo interrogatório policial que se identificar falsamente também cometerá crime de abuso de autoridade:

Art. 16, parágrafo único. Incorre na mesma pena quem, como responsável por interrogatório em sede de procedimento investigatório de infração penal, deixa de identificar-se ao preso ou atribui a si mesmo falsa identidade, cargo ou função.

Este crime decorre do texto constitucional, que garante aos presos o direito de saber da identidade dos responsáveis pela prisão ou por seu interrogatório policial:

CF, art. 5º, LXIV - o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;

GABARITO: errado.

QUESTÃO 20

Em relação à nova Lei de Abuso de Autoridade e aos crimes nela previstos, julgue o item abaixo.

O agente público que, no curso da investigação, alterar o local do crime para eximir-se de responsabilidade estará cometendo o crime de falsa perícia.

() CERTO () ERRADO

COMENTÁRIOS

O crime de falso testemunho ou falsa perícia está previsto no art. 342 do CP. Vejamos:

Falso testemunho ou falsa perícia

CP, art. 342. Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

A nova Lei de Abuso de Autoridade, em seu art. 23, dispõe:

Art. 23. Inovar artificialmente, no curso de diligência, de investigação ou de processo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de eximir-se de responsabilidade ou de responsabilizar criminalmente alguém ou agravar-lhe a responsabilidade:

Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Consequentemente, estamos diante de um crime de responsabilidade, e não do crime de falso testemunho ou falsa perícia.

É importante mencionar o disposto no parágrafo único do referido dispositivo:

Art. 23, parágrafo único. Incorre na mesma pena quem pratica a conduta com o intuito de:
I - eximir-se de responsabilidade civil ou administrativa por excesso praticado no curso de diligência;

II - omitir dados ou informações ou divulgar dados ou informações incompletos para desviar o curso da investigação, da diligência ou do processo.

GABARITO: errado.

QUESTÃO 24

Tício, promotor de justiça atuante em um processo penal movido contra Caio, divulgou gravações de conversas entre o réu e sua família. As gravações publicadas mostravam trechos em que o réu admitia a prática do crime pelo qual estava sendo processado, bem como assuntos relacionados à sua vida privada e aos seus familiares.

Diante da situação hipotética apresentada, o julgue o item abaixo, tendo como base a nova Lei de Abuso de Autoridade.

A divulgação das gravações está respaldada pelo interesse público e pelo acesso à informação, conforme prevê expressamente a Lei de Abuso de Autoridade.

() CERTO

() ERRADO

COMENTÁRIOS

Por ter divulgado trechos de gravações que expõem a vida privada de Caio, Tício cometeu crime de abuso de autoridade. Vejamos:

Art. 28. Divulgar gravação ou trecho de gravação sem relação com a prova que se pretenda produzir, expondo a intimidade ou a vida privada ou ferindo a honra ou a imagem do investigado ou acusado:

Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

GABARITO: errado.

QUESTÃO 31

A respeito dos crimes definidos pela nova Lei de Abuso de Autoridade, julgue o item subsequente.

Tício, Delegado de Polícia Civil, é responsável por procedimento investigatório que apura o cometimento do crime de roubo (art. 157 do CP). Durante as investigações, foi constatado, por meio de câmeras de segurança, que Caio, no momento do crime, esteve próximo ao local onde ocorreu o delito portando um revólver, arma utilizada pelo infrator, segundo a vítima.

Convicto de que Caio cometeu o crime de roubo, Tício concedeu entrevista ao jornal local informando que Caio, com base nas filmagens e no depoimento da vítima, é o autor do crime e que qualquer informação sobre ele seria de grande ajuda para as autoridades.

Dias após a entrevista, Tício concluiu as apurações e encaminhou os autos ao Ministério Público para eventual oferecimento de denúncia.

Com base no exposto, observa-se que Tício, ao atribuir a autoria do crime mencionado a Caio, agiu corretamente, uma vez que a nova Lei de Abuso de Autoridade afirma que o responsável pelas investigações não deve utilizar qualquer meio de comunicação, inclusive as redes sociais, para atribuir a culpa a alguém, exceto quando houver provas robustas de que aquele sujeito é o autor do crime.

() CERTO () ERRADO

COMENTÁRIOS

A nova Lei de Abuso de Autoridade dispõe de maneira diversa. Ela diz que o responsável pelas investigações que utilizar qualquer meio de comunicação para antecipar a culpa, antes de concluídas as apurações e formalizada a acusação, cometerá crime de abuso de autoridade.

Vejam os:

Art. 38. Antecipar o responsável pelas investigações, por meio de comunicação, inclusive rede social, atribuição de culpa, antes de concluídas as apurações e formalizada a acusação:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Portanto, Tício, ainda que diante de provas robustas, cometeu crime de abuso de autoridade, pois atribuiu a autoria do crime a Caio antes de concluir as apurações.

GABARITO: errado.

SUMÁRIO DO MATERIAL COMPLETO DA NOVA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE

NOVA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE	1
Questão 01	1
Questão 02	1
Questão 03	2
Questão 04	3
Questão 05	3
Questão 06	4
Questão 07	4
Questão 08	5
Questão 09	5
Questão 10	6
Questão 11	6
Questão 12	6
Questão 13	7
Questão 14	7
Questão 15	8
Questão 16	8
Questão 17	9
Questão 18	9
Questão 19	10
Questão 20	10
Questão 21	11
Questão 22	12
Questão 23	12
Questão 24	13
Questão 25	13
Questão 26	14
Questão 27	14
Questão 28	15
Questão 29	15
Questão 30	16
Questão 31	16

DEMONSTRATIVO DOS LIVROS DE QUESTÕES GABARITADAS

APOSTILA ANTICRIME

1 ALTERAÇÕES NO CÓDIGO PENAL (DECRETO-LEI N. 2.848/1940)

QUESTÃO 04

No que se refere aos crimes em espécie do Código Penal, julgue o item que se segue.

Se o crime de roubo for praticado com emprego de arma de fogo, tanto de uso permitido quanto de uso restrito ou proibido, a pena será aumentada em 2/3.

() CERTO () ERRADO

gabarito: errado.

QUESTÃO 05

Conforme as disposições do Código Penal acerca de seus crimes em espécie, julgue o item a seguir.

O crime de estelionato se procede mediante representação, exceto quando, dentre outros casos, a vítima for maior de 70 anos de idade.

() CERTO () ERRADO

gabarito: certo.

2 ALTERAÇÕES NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL (DECRETO-LEI N. 3.689/1941)

QUESTÃO 11

No que diz respeito à ação penal, julgue o item que se segue, tendo como referência o Código de Processo Penal.

Não sendo caso de arquivamento, e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de qualquer das infrações penais previstas no Código Penal, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para a reprovação e prevenção do crime.

() CERTO () ERRADO

gabarito: errado.

QUESTÃO 15

Acerca do acordo de não persecução penal previsto no Código de Processo Penal, julgue o item abaixo.

O descumprimento do acordo de não persecução penal pelo investigado poderá ser utilizado pelo Ministério Público como justificativa para eventual não oferecimento de suspensão condicional do processo.

CERTO ERRADO

gabarito: certo.

QUESTÃO 18

A respeito da cadeia de custódia, julgue o item que se segue.

A cadeia de custódia tem como início a coleta dos vestígios em locais ou em vítimas de crimes.

CERTO ERRADO

gabarito: errado.

QUESTÃO 21

Em relação às disposições do Código de Processo Penal sobre a prisão em flagrante, julgue o item a seguir.

Se o juiz verificar que o agente é reincidente ou que integra organização criminosa armada ou milícia, ou que porta arma de fogo de uso restrito, deverá denegar a liberdade provisória, com ou sem medidas cautelares.

CERTO ERRADO

gabarito: certo.

QUESTÃO 25

No que diz respeito à prisão preventiva, julgue o item abaixo, tendo em conta o disposto no Código de Processo Penal.

Com o advento do Pacote Anticrime – Lei n. 13.964/2019, é possível a decretação da prisão preventiva como decorrência imediata de investigação criminal ou da apresentação ou recebimento da denúncia.

CERTO ERRADO

gabarito: errado.

QUESTÃO 28

Julgue o item que se segue, relativo ao Tribunal do Júri.

Nas sentenças proferidas pelo Tribunal do Júri, havendo condenação à pena igual ou superior a 15 anos de reclusão, será determinada a execução provisória da pena, com expedição do mandado de prisão, sem prejuízo da apreciação de recursos eventualmente interpostos.

CERTO ERRADO

gabarito: certo.

3 ALTERAÇÕES NA LEI DE EXECUÇÃO PENAL (LEI N. 7.210/1984)

QUESTÃO 33

No que concerne ao regime disciplinar diferenciado, julgue o item abaixo, com base na Lei de Execuções Penais.

Existindo indícios de que o preso exerce liderança em organização criminosa, associação criminosa ou milícia privada, ou que tenha atuação criminosa em dois ou mais Estados da Federação, o regime disciplinar diferenciado será obrigatoriamente cumprido em estabelecimento prisional federal.

CERTO ERRADO

gabarito: certo.

QUESTÃO 34

A respeito do regime disciplinar disposto na Lei de Execuções Penais, julgue o item subsecutivo.

Como medida de prevenção, o regime disciplina diferenciado do preso provisório ou condenado que apresente alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando houver indícios de que o preso, dentre outros, continua apresentando alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal de origem ou da sociedade.

CERTO ERRADO

gabarito: errado.

QUESTÃO 35

A respeito da progressão de regime disposta na Lei de Execuções Penais, julgue o item subsequente.

A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior e ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão.

CERTO ERRADO

gabarito: errado.

4 ALTERAÇÕES NA LEI DE CRIMES HEDIONDOS (LEI N. 8.072/1990)

QUESTÃO 39

A respeito dos Crimes Hediondos, julgue o item a seguir.

De acordo com a Lei n. 8.072/1990, são considerados crimes hediondos o tráfico internacional de arma de fogo, acessório ou munição, desde que consumado, e o comércio ilegal de armas de fogo, tentado ou consumado.

CERTO ERRADO

gabarito: errado.

QUESTÃO 40

Julgue o próximo item, relacionado à Lei de Crimes Hediondos.

Quando voltado à prática de crimes hediondos ou equiparados, o delito de organização criminosa, tentado ou consumado, será considerado hediondo.

CERTO ERRADO

gabarito: certo.

5 ALTERAÇÕES NA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA LEI N. 8.429/1992

QUESTÃO 42

Em relação à Lei de Improbidade Administrativa, julgue o item abaixo.

Na ação judicial de improbidade administrativa, havendo a possibilidade de solução consensual, poderão as partes requerer ao juiz a suspensão do prazo para a contestação, por prazo não superior a 90 (noventa) dias.

CERTO ERRADO

gabarito: errado.

6 ALTERAÇÕES NA LEI DE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA (LEI N. 9.296/1996)

QUESTÃO 45

Julgue o próximo item, acerca da Lei de Interceptação Telefônica.

Quem realizar captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos para investigação ou instrução criminal sem autorização judicial, quando esta for exigida, estará sujeito às sanções administrativas previstas em lei, conforme o caso concreto.

CERTO ERRADO

gabarito: errado.

7 ALTERAÇÕES NA LEI DOS CRIMES DE LAVAGEM DE DINHEIRO (LEI N. 9.613/1998)

QUESTÃO 48

A respeito da Lei dos Crimes de Lavagem de Dinheiro, julgue o item que se segue.

Para a apuração do crime de lavagem de dinheiro, admite-se a utilização da ação controlada e da infiltração de agentes.

CERTO ERRADO

gabarito: certo.

8 ALTERAÇÕES NO ESTATUTO DO DESARMAMENTO (LEI N. 10.826/2003)

QUESTÃO 49

Em relação ao Estatuto do Desarmamento, julgue o item subsequente.

Enquanto a pena para o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito é de reclusão, de 03 a 06 anos, e multa, a pena para o crime de posse ou porte ilegal de arma de uso proibido é de reclusão, de 04 a 12 anos.

() CERTO () ERRADO

gabarito: certo.

9 ALTERAÇÕES NA LEI DE DROGAS (LEI N. 11.343/2006)

QUESTÃO 52

Julgue o item seguinte, relativo à Lei de Drogas.

Quem vender, entregar drogas ou matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, a agente policial disfarçado, quando presentes elementos probatórios razoáveis de conduta criminal preexistente, estará praticando o crime de tráfico de drogas.

() CERTO () ERRADO

gabarito: certo.

10 ALTERAÇÕES NA LEI DE IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL (LEI N. 12.037/2009)

QUESTÃO 53

À luz do disposto na Lei n. 12.037/2009, julgue o próximo item.

No caso de condenação do acusado, é possível a exclusão do seu perfil genético do banco de dados mediante requerimento, logo após o cumprimento da sua pena.

() CERTO () ERRADO

gabarito: errado.

11 ALTERAÇÕES NA LEI DE JULGAMENTO COLEGIADO EM PRIMEIRO GRAU DE CRIMES PRATICADOS POR ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS (LEI N. 12.694/2012)

QUESTÃO 55

Acerca da competência para o processamento e julgamento de crimes de pertinência a organizações criminosas armadas ou que tenham armas à disposição, além do crime de constituição de milícia privada, julgue o item que se segue, com base nas normas previstas na Lei n. 12.694/2012.

As Varas Criminais Colegiadas terão competência para todos os atos jurisdicionais no decorrer da investigação e da ação penal, ao passo que a execução da pena ficará a cargo do juízo da execução.

() CERTO () ERRADO

gabarito: errado.

12 ALTERAÇÕES NA LEI DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS (LEI N. 12.850/2013)

QUESTÃO 60

Julgue o item subsecutivo, levando em conta as regras de colaboração premiada dispostas na Lei de Organizações Criminosas.

O recebimento da proposta para formalização de acordo de colaboração demarca o início das negociações e constitui também marco de confidencialidade, configurando violação de sigilo e quebra da confiança e da boa-fé a divulgação de tais tratativas iniciais ou de documento que as formalize, até o levantamento de sigilo por decisão judicial.

() CERTO () ERRADO

gabarito: certo.

QUESTÃO 65

Considerando as disposições da Lei de Organizações Criminosas acerca da infiltração virtual, julgue o item que se segue.

A infiltração virtual será admitida quando houver indícios da prática do crime de organização criminosa e for o meio de obtenção de prova mais eficaz à investigação.

() CERTO () ERRADO

gabarito: errado.

13 VETOS DERRUBADOS

QUESTÃO 68

Mévio fez um *post* na rede social *Instagram*, no qual imputou fato ofensivo à reputação de Caio.

Considerando a situação hipotética acima, julgue o item subsequente.

A conduta de Mévio caracteriza crime de difamação, devendo a pena ser aumentada em 1/3 pelo fato de o delito ter sido cometido em rede social da rede mundial de computadores.

CERTO ERRADO

gabarito: errado.

QUESTÃO 70

Tício, agente da Polícia Federal, usou de força letal durante uma operação da PF. Por conta disso, um inquérito policial foi instaurado para apurar o fato, tendo Tício sido citado da abertura do referido procedimento investigatório.

Considerando a situação hipotética acima, julgue o item a seguir.

Se Tício não constituir defensor no prazo de 48 horas após o recebimento da citação, sua defesa será feita preferencialmente por Defensor Público, ou por outro profissional nos locais em que a Defensoria Pública não estiver instalada.

CERTO ERRADO

gabarito: certo.

QUESTÃO 73

Em relação às mudanças da Lei de Interceptação Telefônica trazidas pelo Pacote Anticrime, julgue o item a seguir.

É permitida a instalação de dispositivo de captação ambiental por meio de operação policial disfarçada ou no período noturno, conforme a necessidade do caso, inclusive na casa do investigado.

CERTO ERRADO

gabarito: errado.

NOVA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE

QUESTÃO 02

A respeito dos sujeitos do crime de abuso de autoridade, julguem o item a subseqüente, levando em conta a nova Lei de Abuso de Autoridade.

É sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território, excetuando-se os servidores militares, uma vez que suas condutas são tratadas por legislação militar específica.

() CERTO () ERRADO

gabarito: errado.

QUESTÃO 04

Em relação aos efeitos da condenação pela prática de crime de abuso de autoridade, julgue o item a seguir, considerando a nova Lei de Abuso de Autoridade.

São efeitos automáticos da condenação tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime e a perda do cargo, mandato ou função pública.

() CERTO () ERRADO

gabarito: errado.

QUESTÃO 08

Com relação aos crimes trazidos pela nova Lei de Abuso de Autoridade, julgue o item subseqüente.

Cometerá crime a autoridade judiciária que deixar de relaxar a prisão manifestamente ilegal ou de substituir a prisão preventiva por medida cautelar diversa, quando manifestamente cabível.

() CERTO () ERRADO

gabarito: certo.

QUESTÃO 13

Mévio, poderoso chefe de uma facção criminosa do Estado Y e conhecido por perseguir e ameaçar as autoridades de segurança pública e seus familiares, foi preso em uma operação da Polícia Civil daquele Estado. O agente responsável pela prisão, temendo possíveis ameaças à sua família, utilizou-se de nome fictício para identificar-se a Mévio.

Julgue o item abaixo, com base na nova Lei de Abuso de Autoridade.

Identificar-se falsamente ao preso por ocasião de sua captura é, em regra, crime de abuso de autoridade, salvo quando o capturado oferecer iminente risco à vida de terceiros.

() CERTO () ERRADO

gabarito: errado.

QUESTÃO 20

Em relação à nova Lei de Abuso de Autoridade e aos crimes nela previstos, julgue o item abaixo.

O agente público que, no curso da investigação, alterar o local do crime para eximir-se de responsabilidade estará cometendo o crime de falsa perícia.

CERTO ERRADO

gabarito: errado.

QUESTÃO 24

Tício, promotor de justiça atuante em um processo penal movido contra Caio, divulgou gravações de conversas entre o réu e sua família. As gravações publicadas mostravam trechos em que o réu admitia a prática do crime pelo qual estava sendo processado, bem como assuntos relacionados à sua vida privada e aos seus familiares.

Diante da situação hipotética apresentada, o julgue o item abaixo, tendo como base a nova Lei de Abuso de Autoridade.

A divulgação das gravações está respaldada pelo interesse público e pelo acesso à informação, conforme prevê expressamente a Lei de Abuso de Autoridade.

CERTO ERRADO

gabarito: errado.

QUESTÃO 31

A respeito dos crimes definidos pela nova Lei de Abuso de Autoridade, julgue o item subsequente.

Tício, Delegado de Polícia Civil, é responsável por procedimento investigatório que apura o cometimento do crime de roubo (art. 157 do CP). Durante as investigações, foi constatado, por meio de câmeras de segurança, que Caio, no momento do crime, esteve próximo ao local onde ocorreu o delito portando um revólver, arma utilizada pelo infrator, segundo a vítima.

Convicto de que Caio cometeu o crime de roubo, Tício concedeu entrevista ao jornal local informando que Caio, com base nas filmagens e no depoimento da vítima, é o autor do crime e que qualquer informação sobre ele seria de grande ajuda para as autoridades.

Dias após a entrevista, Tício concluiu as apurações e encaminhou os autos ao Ministério Público para eventual oferecimento de denúncia.

Com base no exposto, observa-se que Tício, ao atribuir a autoria do crime mencionado a Caio, agiu corretamente, uma vez que a nova Lei de Abuso de Autoridade afirma que o responsável pelas investigações não deve utilizar qualquer meio de comunicação, inclusive as redes sociais, para atribuir a culpa a alguém, exceto quando houver provas robustas de que aquele sujeito é o autor do crime.

CERTO ERRADO

gabarito: errado.